

## EXCERTOS

[...] Se falamos em unidade, devemos ter presente a do padrão europeu, a da matriz de que saem depois as variedades e cujo valor histórico, cultural e simbólico deve ser preservado. E essa unidade é permanentemente instabilizada, não pelas diferenças ortográficas, mas pelas que surgem no léxico, na sintaxe, na morfossintaxe e na pronúncia, por força da descontinuidade geográfica, sociológica e cultural.

Outra consequência inevitável das facultatividades será a que decorre, a curto prazo, do funcionamento da lei do menor esforço. A aplicar-se o Acordo, não tardará a dar-se a supressão na grafia (e portanto também na pronúncia) das consoantes c e p nos casos em que continuam a ser pronunciadas ou semi-articuladas em Portugal. E nesse caso não caberá mais falar-se em elas serem pronunciadas no nosso país.

Ou seja, chegar-se-á, por este caminho ínvio, ao que era provavelmente o principal desígnio da feitura do Acordo: homogeneizar integralmente a grafia portuguesa com a brasileira nesse plano, mais uma vez desfigurando a escrita, a pronúncia e a língua que são as nossas.

Na verdade, não é difícil concluir que o único objectivo real de toda a negociação do Acordo, repito, o único objectivo real de toda a negociação do Acordo foi o dessa supressão das consoantes ditas mudas ou não articuladas!

Se mais não houvesse, sempre teríamos um excelente indício no testemunho insuspeito do Prof. Malaca Casteleiro que ainda ontem, 6 de Abril, confirmava ao Jornal de Notícias que a "principal mudança" é "a queda das consoantes mudas ou não articuladas"...

Tudo o mais, com as suas imprecisões e defeitos (aliás chocantes num texto que, em 1991, ascendeu à dignidade de ser aprovado por esta Assembleia, ratificado pelo PR e publicado em DR), tudo o mais seria, além de secundário, corrigível.

Este ponto não é.

[...]

VASCO GRAÇA MOURA – Escritor e eurodeputado português.

[...] 8. Quarta questão: a questão dos brasileiros, questão que inclui traumas por resolver e o medo das "cedências". Isto para já não falar num outro "argumento" que de vez em quando ainda assoma: o de que por causa do Acordo Ortográfico passaríamos a "falar como os brasileiros". "Como os brasileiros" fala-se nas telenovelas da Globo, sem escândalo público e até com notórias consequências lexicais, se olharmos com atenção para o Português que se fala em Portugal. Vale a pena repetir o óbvio: um acordo ortográfico não implica que se fale como os brasileiros; as suas consequências, no plano fonológico (no do sotaque, para nos entendermos), são praticamente nulas e inexistentes, no domínio da sintaxe. Ou seja: naqueles âmbitos em que os brasileiros "falam como brasileiros". Há um complexo que, no fundo, persiste entre nós: o de uma concepção da Língua Portuguesa como património exclusivo dos portugueses. Ora não só o idioma não é propriedade exclusiva dos portugueses como o seu futuro depende (e muito) da capacidade de afirmação internacional de um país com o potencial económico e geopolítico do Brasil. Por isso mesmo, bom seria que uníssemos esforços (que nos puséssemos de acordo), em vez de cavarmos discrepâncias baseadas em traumas por superar.

Os traumas antibrasileiros são intoleráveis e absurdos, sobretudo quando temos presente o notável exemplo de cooperação de dois eminentes linguistas, um português e um brasileiro, Celso Cunha e Lindley Cintra, que escreveram a modelar Nova Gramática do Português Contemporâneo. E quem tiver dúvidas acerca da dimensão científica e cultural do Brasil, faça o favor de consultar World Ranking of Universities (em <http://www.webometrics.info/>); aí verá que a primeira universidade de língua portuguesa é a Universidade de São Paulo, no lugar 114; a segunda é a Universidade

de Campinas (Unicamp), no lugar 197; e a primeira universidade portuguesa (a Universidade Técnica de Lisboa), surge num honroso 300.º lugar, um pouco antes da minha alma mater, a Universidade de Coimbra, no 375.º lugar. É preciso dizer mais? [...]

CARLOS REIS – Reitor da Universidade Nova de Lisboa

[...] Angola tem mais a ganhar com a existência de uma ortografia única do que Portugal ou o Brasil. Não produzimos livros. Porém, necessitamos desesperadamente deles. Se queremos educar as nossas populações, e desenvolver o país, teremos de importar nos próximos anos muitos milhões de livros. Espero das nossas autoridades que criem rapidamente legislação tendente a facilitar a entrada de produtos culturais e, em particular, de livros. Importamos livros de Portugal e do Brasil. Isso significa que temos livros em duas ortografias no nosso território, facto que suscita natural confusão, sobretudo aos leitores recentemente alfabetizados — em particular jovens e crianças.

Acrescente-se que um dos maiores desafios que temos pela frente, nos próximos anos, é o de alfabetizar toda a nossa população. Ora, uma das virtudes do actual Acordo Ortográfico é precisamente o de facilitar a escrita.

Caso o Acordo Ortográfico não venha a ser aplicado — por resistência de Portugal —, entendo que Angola deveria optar pela ortografia brasileira. Somos um país independente. Não devemos nada a Portugal. O Brasil tem cento e oitenta milhões de habitantes, e produz muito mais títulos, e a preços mais baratos, do que Portugal. Assim sendo, parece-me óbvio que temos mais vantagem em importar livros do Brasil do que de Portugal.

[...]

EDUARDO AGUALUSA – Escritor angolano

[...] Uma coisa é certa: sempre que ouço um debate entre acordonistas e contracordistas sinto-me tentado a aderir amanhã ao acordo, de tão ocamente nacionalistas (passe o pleonasma) me parecem os argumentos dos últimos: o que os choca, em última análise, é que os nossos filhos vão escrever o português de uma forma diferente da nossa. A mim chocar-me-ia mais que escrevessem igual. Mas não que os argumentos dos acordeonistas [...] me pareçam todos pertinentes — longedisso. Um deles é que o acordo vai tornar a escrita mais fácil porque a vai aproximar da língua falada. Quer dizer que seria ainda melhor se escrita se passasse a escrever "xkrita".

Outro argumento é que precisamos de variar a variação das variantes do português para as diferenças não serem demasiado diferentes porque senão os africanos só compram livros brasileiros (não sei se isto é um argumento em defesa do «português língua universal» ou «Angola é nossa» mas é uma das duas coisas).

[...]

Vejo uma só forte razão para recusarmos o acordo ortográfico: deixaríamos de ter de ouvir Vasco Graça Moura a refutá-lo. Maupassant jantava no restaurante da torre Eiffel porque era o único sítio de Paris de onde não se via o monumento. É a mesma tática.

JOSÉ VICTOR MALHEIRO – jornalista, articulista do jornal lisboense "Público"